

# URBANISMO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS CIDADES, A PARTIR DE UM CONJUNTO HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

BEDIN, Millena Fernanda<sup>1</sup>  
FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana<sup>2</sup>  
DIAS, Solange Irene Smolarek<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo dá continuidade a pesquisas já elaboradas por Bedin e Dias (2021) e Bedin, Figueiredo e Dias (2021). A linha de pesquisa na qual o trabalho está inserido é na de Urbanismo. O assunto abordado se refere ao Planejamento Urbano Regional (PUR), sob os aspectos do Urbanismo Social e Políticas Urbanas. Como tema, tem-se o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV –, e o objeto de estudo deste artigo é o conjunto habitacional Riviera, localizado na região norte da cidade de Cascavel/PR. Em relação ao problema da pesquisa, questiona-se: a edificação de conjuntos habitacionais, do PMCMV, nas áreas periféricas das cidades, impacta diretamente no cotidiano dos moradores? A hipótese inicial deduz que sim, a edificação de conjuntos habitacionais, do PMCMV, nas áreas periféricas das cidades, impacta diretamente no cotidiano dos moradores. O objetivo geral é definido em: desenvolver análise crítica dos resultados obtidos em questionário de Análise Pós-Ocupacional realizado no conjunto habitacional Riviera. Adota-se os princípios de João Sette Whitaker Ferreira, ao considerar que a situação habitacional brasileira reflete no modo em que as cidades são construídas, os espaços são distribuídos e os impactos ambientais são gerados. Através do encaminhamento metodológico dialético, elabora-se a revisão bibliográfica e análise crítica, de modo a atender ao objetivo geral. A análise de resultados corrobora a hipótese e há a conclusão de que a edificação de conjuntos habitacionais, PMCMV, nas áreas periféricas das cidades impacta diretamente no cotidiano dos moradores devido a carência na diversificação dos serviços ofertados nesses locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanismo Social. Habitação Social. Planejamento Urbano Regional. Políticas Públicas. Políticas Urbanas.

## SOCIAL URBANISM: A CRITICAL ANALYSIS OF CITIES, FROM A HOUSING COMPLEX OF THE MINHA CASA, MINHA VIDA PROGRAM

## ABSTRACT

This paper continues the research already developed by Bedin and Dias (2021) and Bedin, Figueiredo and Dias (2021). The research line in which this study is inserted is about Urbanism. The subject discussed refers to Regional Urban Planning (PUR), under the aspects of Social Urbanism and Urban Policies. As a theme, there is the Minha Casa Minha Vida Program – PMCMV – and the object of study of this article is the Riviera housing complex, located in the northern region of the city of Cascavel/PR. Regarding the research problem, the question is: does the construction of housing complexes, of the PMCMV, in the outskirts of cities, directly impact the daily lives of residents? The initial hypothesis deduces that yes, the construction of housing complexes, by the PMCMV, in the outskirts of cities directly impacts the daily lives of residents. The general objective is defined as: to develop a critical analysis of the results obtained in a Post-Occupational Analysis questionnaire carried out in the Riviera housing development. The principles of João Sette Whitaker Ferreira are adopted, considering that the Brazilian housing situation reflects on the way in which cities are built, spaces are distributed and environmental impacts are generated. Through the dialectical methodological approach, a bibliographic review and critical analysis are carried out, in order to meet the general objective. The analysis of results supports the hypothesis and there is the conclusion that the construction of housing complexes, PMCMV, in the outskirts of cities directly impacts the daily lives of residents due to the lack of diversification of services offered in these locations.

<sup>1</sup> Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAG. Elaborado na disciplina Trabalho de Curso: Defesa. E-mail: [mf.bedin@hotmail.com](mailto:mf.bedin@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora coorientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAG. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo. Aluna especial no programa de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. E-mail: [mariapaulafigueiredo@hotmail.com](mailto:mariapaulafigueiredo@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora orientadora da presente pesquisa. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG – Cascavel/PR. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFPR. Mestre em Letras pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis. E-mail: [solange@fag.edu.br](mailto:solange@fag.edu.br)

**KEYWORDS:** Social Urbanism. Social Housing. Regional and Urban Planning. Public Policy. Urban Policy

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dá continuidade aos estudos já elaborados por Bedin e Dias (2021) e Bedin, Figueiredo e Dias (2021), concluindo-os. O assunto abordado refere-se ao Planejamento Urbano Regional (PUR), sob os aspectos do Urbanismo Social e Políticas Urbanas, e teve como tema o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. O objeto de estudo deste trabalho foi o conjunto habitacional Riviera, localizado na região norte da cidade de Cascavel – município situado no oeste do estado do Paraná (IPARDES, 2012). A justificativa para elaboração desta pesquisa decorreu da necessidade de avaliar, de modo crítico, os resultados quantitativos derivados da aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional em empreendimento fruto do PMCMV. É importante que se faça uma análise crítica dos dados coletados para que se possa compreender os impactos sofridos pelos moradores de áreas do PMCMV, entender qual é o cenário desses locais no ano de 2021, os efeitos no cotidiano dos residentes, bem como, desenvolver planos futuros de melhorias e (re)qualificação dessas regiões. Diante do exposto, este estudo ainda poderá ser utilizado como ferramenta metodológica para se alcançar o objetivo 11 dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, que diz respeito a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IBGE, 2021).

Isto posto, a pesquisa partiu da seguinte questão: a edificação de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, nas áreas periféricas das cidades, impacta diretamente no cotidiano dos moradores? Para tal questionamento de pesquisa, formulou-se a hipótese de que sim, a edificação de conjuntos habitacionais, do PMCMV, nas áreas periféricas das cidades impacta diretamente no cotidiano dos moradores.

Com o propósito, portanto, de responder ao problema da pesquisa, estruturou-se o seguinte objetivo geral: desenvolver uma análise crítica dos resultados quantitativos obtidos através de questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – realizado no conjunto habitacional Riviera, para que se possa, então, compreender o cenário atual (2021) de áreas do Programa Minha Casa Minha Vida e os efeitos no cotidiano dos residentes. Para que o objetivo geral seja cumprido, formulou-se os seguintes objetivos específicos: a) apresentar o Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de políticas públicas; b) explanar sobre a formação do território brasileiro e a segregação espacial enraizada; c) discorrer sobre a história da habitação de interesse social no Brasil e suas inserções no meio urbano; d) apresentar a cidade de Cascavel/PR e o Conjunto Habitacional Riviera; e) realizar análise crítica dos resultados quantitativos obtidos através de questionário de Análise Pós-

Ocupacional realizado no conjunto habitacional Riviera; f) concluir, em resposta ao problema da pesquisa, validando ou refutando a hipótese inicial.

Assim, como fundamento norteador, tem-se o seguinte marco teórico:

Em todo o país, novos bairros surgem em áreas distantes e sem urbanização, alinhando centenas de casas idênticas e minúsculas, ou enfileirando torres habitacionais com sofrível padrão construtivo, e grande impacto sobre o meio ambiente. Em face disto, a pergunta que nos vem naturalmente é: quais os resultados que essa produção provocará no cenário urbano brasileiro nos próximos anos? (FERREIRA, 2012, p. 7)

Para que se pudesse alcançar a resolução do problema de pesquisa, com o intuito de atender ao objetivo geral e aos específicos, utilizou-se o encaminhamento metodológico dialético, pois, para a dialética, “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 101.).

Desse modo, este artigo foi organizado em cinco tópicos: o item 1 corresponde à introdução; o item 2 está relacionado ao referencial teórico e revisão bibliográfica; o item 3 apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa; o item de número 4 discorre sobre a análise e discussão dos resultados. Por fim, o item 5 se refere as considerações finais do presente trabalho.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A elaboração desta pesquisa dá continuidade aos estudos já iniciados e publicados no 8º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade<sup>4</sup> e no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional<sup>5</sup> – ECCI –, ambos realizados pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Nas publicações anteriores foram apresentados os seguintes fundamentos teóricos: o Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de políticas públicas; a formação do território urbano brasileiro e a segregação espacial enraizada; a história da habitação de interesse social no Brasil e sua inserção no meio urbano; a cidade de Cascavel e o conjunto habitacional Riviera.

No que diz respeito ao Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de políticas públicas<sup>6</sup>, a síntese das publicações anteriores pressupõe que esse, na origem do conceito, dá-se diante da conjuntura de planejamento urbano dos séculos XX e XXI que, alicerçada nas premissas do urbanismo moderno, vê-se em crise, pois está pautada na segregação territorial, no apagamento da

<sup>4</sup> Consultar Bedin e Dias (2021).

<sup>5</sup> Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>6</sup> (FERREIRA, 2012; GEHL, 2015; GOMES, 2009; JACOBS, 2011; JÁUREGUI, 2010; MONTANER; MUXÍ, 2014; MONTOYA, 2014; PEDERSEN, 2017).

memória coletiva e, ainda, no esquecimento da importância da participação coletiva na estruturação das cidades. Assim, com o colapso do Urbanismo Racional, o Urbanismo Social emerge como alternativa para planejar o espaço urbano e tem como diretrizes: reorganizar o território; criar redes de articulação entre a esfera pública e privada; elaborar estratégias para diversificar o meio urbano, a fim de estimular a inclusão de todos os cidadãos e, também, a prática da sustentabilidade; incentivar a participação popular nas discussões sobre a cidade e no desenvolvimento de projetos e políticas públicas. Dessa forma, ao aplicar os conceitos pertinentes ao Urbanismo Social no desenvolvimento de políticas públicas, há a construção de ações com foco na participação popular, a inclusão do cidadão nas decisões de interesse público e a (re)democratização dos espaços e serviços. Alguns exemplos da prática do Urbanismo Social são: a Agenda 2030<sup>7</sup>; a reestruturação de Medellín<sup>8</sup>; o projeto Arquitetura na Periferia<sup>9</sup>; o coletivo TransLAB.URB<sup>10</sup>. Os casos citados são primordiais para buscar e garantir o direito à cidade para todos. A Figura 1 ilustra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS –, contidos na Agenda 2030.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: IAB (2021).

<sup>7</sup> Formada por 17 objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, a Agenda 2030 estabelece compromisso na erradicação da pobreza extrema, combate à desigualdade e a injustiça, e a contenção das mudanças climáticas (IBGE, 2016).

<sup>8</sup> A remodelação da cidade colombiana, na primeira década do século XXI, sob o governo de Sergio Fajardo, fez com que se acreditasse em soluções tangíveis para as mazelas urbanas – que estão intrínsecas aos problemas socioeconômicos, sanitários e culturais – (MONTROYA, 2014, p. 207-208).

<sup>9</sup> O Arquitetura na Periferia teve início no ano de 2013 e está em prática na cidade de Belo Horizonte desde 2014 (ARQUITETURA NA PERIFERIA, 2021).

<sup>10</sup> Situado na cidade de Porto Alegre, o coletivo TransLAB.URB apresenta resultados práticos – intervenções projetuais no espaço urbano – e teóricos – desenvolvimento de metodologias (TRANSLABURB, 2021).

Em relação à formação do território urbano brasileiro e a segregação espacial enraizada<sup>11</sup>, os estudos já publicados indicam que os problemas vivenciados pelas cidades brasileiras não tiveram início, somente, através da intensa urbanização e industrialização ocorridas entre os séculos XIX e XX. Pode-se vincular as mazelas da cidade brasileira do século XXI ao processo de urbanização segregador enraizado e, também, a falta de planejamento urbano respaldado nas necessidades reais dos cidadãos. A “euforia construtiva” que ocorreu no ano de 2010, sem que houvesse preocupação na qualidade da urbanização ou na resolução da injustiça social materializada na cidade, é resultado histórico da formação social, econômica e urbana do Brasil. Assim, cada cidade brasileira tem suas características próprias que envolvem cultura, economia, organização social e porte. Contudo, todos os centros urbanos carregam problemáticas em comum: falta de emprego, habitação, mobilidade, saneamento básico, educação e saúde.

Logo, no que concerne a história da habitação de interesse social no Brasil e sua inserção no meio urbano<sup>12</sup>, as pesquisas já socializadas inferem que a procura por moradias no Brasil teve um aumento exponencial na virada do século XIX para o XX, devido ao crescimento da população urbana. Como consequência da alta demanda por residências, houve o acréscimo no preço dos aluguéis, pois no contexto da República Velha (1889-1930) não havia participação estatal nas questões habitacionais, e a necessidade por moradia tornou-se uma rentável mercadoria nas mãos da iniciativa privada. A partir de 1930 a arquitetura da habitação tomou novas direções. Com Getúlio Vargas na presidência, o Estado<sup>13</sup> adotou uma postura intervencionista, que desestimulou ações de cunho privado e incentivou a estatização da produção de moradias<sup>14</sup>. Logo, nas décadas de 1940 e 1950 houve uma produção massiva de habitação social no Brasil. Com influência das premissas da arquitetura moderna, que objetivava o barateamento, a industrialização e adensamento populacional, edificações realizadas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs – espalharam pelo país todo. Mas, as carteiras prediais dos IAPs não tinham como objetivo enfrentar as questões de moradia popular do país, pois essas instituições previdenciárias atuavam perante a necessidade de investir os fundos de reserva da Previdência Social para resguardar seu valor. Diante disso, em 1946 houve a criação da Fundação da Casa Popular – FCP – e em 1964 o Banco Nacional da Habitação – BNH –, porém nenhum desses programas governamentais conseguiu suprir a carência residencial das classes menos abastadas.

---

<sup>11</sup> (FERREIRA, 2012; GALEANO, 2017; MARICATO, 2013; SANTOS, 2018).

<sup>12</sup> (BONDUKI, 1994; FERREIRA, 2012; MONTEZUMA, 2008; RODRIGUES, 2021; ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO; 2011; ROSSATO; BOLFE; 2014; SHIMBO, 2010; VILLAÇA, 1986

<sup>13</sup> Estado Federativo Brasileiro.

<sup>14</sup> A produção de moradias por parte do Estado brasileiro também auxiliou o governo Vargas na construção de sua política populista.

Desse modo, o cenário habitacional na Nova República, no ano de 1985, era de inadimplência, baixo desempenho social e crise no sistema de financiamento. Sob a regência de José Sarney (1985), o governo federal buscou reformular a estrutura do BNH, mas por falta de consenso e complexidade do problema, o programa foi extinto, medida que agravou a situação da moradia popular do país. A Constituição de 1988 trouxe a obrigatoriedade do Plano Diretor aos municípios com mais de 20.000 habitantes, tornou a problemática fundiária urbana assunto constitucional e fez com que os governos municipais desenvolvessem ou reforçassem diretrizes de planejamento. No ano de 1990, sob o governo de Fernando Collor de Mello, a crise habitacional se intensificou ainda mais, pois os programas destinados à moradia convergiam em direção ao capital imobiliário privado. Somente em 1996, com Fernando Henrique Cardoso na presidência, houve a criação e estruturação de uma Política Nacional de Habitação e, nos anos subsequentes, ocorreu o desenvolvimento de programas estatais<sup>15</sup> em prol de melhorias na infraestrutura urbana e contenção das questões de moradia. A partir de 2003, a política habitacional foi conduzida com foco na inclusão de esferas omitidas do direito à cidade, ou seja, àqueles que não possuíam moradia de qualidade e acesso aos serviços de infraestrutura básica. Luís Inácio Lula da Silva, presidente da época, implementou o Ministério das Cidades e, com a aprovação do Plano Nacional de Habitação – PNH –, em 2004, pelo Conselho das Cidades, é proposto a criação do Sistema Nacional de Habitação – SNH –, com ênfase no planejamento habitacional. Em 2007, o Governo Federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e em 2009 o presidente Lula anunciou a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>16</sup>, com objetivo de construir 1 milhão de residências. Entretanto, os padrões instituídos para a produção de habitação pelo PMCMV possuem exigências brandas e resultam em um cenário de incerteza em relação ao sucesso do programa. Com a posse de Jair Bolsonaro, no ano de 2019, o Ministério das Cidades foi extinto e suas funções foram destinadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR –. No ano seguinte, em 2020, o MDR anunciou o Programa Casa Verde e Amarela – PCVA –, substituto do PMCMV. O PCVA objetiva a promoção de melhorias no âmbito da habitação, a regularização fundiária e o aluguel social. No entanto, devido à rigidez da política fiscal, a produção de novas moradias à população de baixa renda fica comprometida.

---

<sup>15</sup> Alguns programas desenvolvidos no governo Fernando Henrique Cardoso foram: como: o Pró-Moradia – voltado a urbanização de áreas precárias –; Programa de Arrendamento Residencial (PAR) – direcionado a produção de moradias para arrendamento –; e o Projeto Moradia – proposta a fim de solucionar a questão de habitação brasileira –.

<sup>16</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi desenvolvido para contemplar as camadas com renda abaixo de três salários mínimos com moradias de interesse social e, para àqueles com renda acima de três salários mínimos, ocorreu a criação de mecanismos financeiros com o intuito de viabilizar a construção civil.

No tocante a cidade de Cascavel/PR e o conjunto habitacional Riviera<sup>17</sup>, o estudo já iniciado e publicado no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional<sup>18</sup> expõe que o município de Cascavel está localizado na região oeste do estado do Paraná, em área denominada “mesorregião oeste do Paraná”<sup>19</sup>. A região da cidade de Cascavel foi encontrada no mesmo período do achamento e colonização do território brasileiro pelos portugueses, mas tornou-se distrito apenas em 1938, com a chegada de colonos sulistas – em sua maioria descendentes europeus –, que iniciaram a exploração da madeira, cultivo agrícola e criação de suínos. A emancipação da cidade ocorreu em 14 de dezembro de 1952, desmembrando-se da antiga sede, Foz do Iguaçu, e seu processo de industrialização teve início no final da década de 1970, com o encerramento do ciclo da madeira. No ano de 2021, a autoridade municipal eleita foi Leonaldo Paranhos da Silva. A cidade possui população estimada de 336.073 mil habitantes (2021) e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de 0,782 (2010), e é reconhecida como “capital do oeste paranaense”, por ser o polo econômico da região e um dos maiores municípios do estado.

Localizado na região norte da cidade de Cascavel, o conjunto habitacional Riviera é composto por 2.089 unidades habitacionais, segmentadas em casas e apartamentos. Além das moradias, o empreendimento abriga uma escola municipal, dois Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI –, uma unidade básica de saúde, um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – e salão comunitário, com área de lazer infantil, quadra de futsal e pista de caminhada. Pode-se observar na Figura 2 o conjunto habitacional Riviera através de fotografia aérea.

Figura 2 – Vista aérea do Conjunto Habitacional Riviera



Fonte: Village Construções (2021).

<sup>17</sup> (CASCADEL, 2010; CASCADEL, 2016; CASCADEL, 2021; CATV, 2017; DIAS et al, 2005; GIL, 2008; IPARDES, 2012; SIMIONI et al, 2018; VILLAGE CONSTRUÇÕES, 2021)

<sup>18</sup> Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

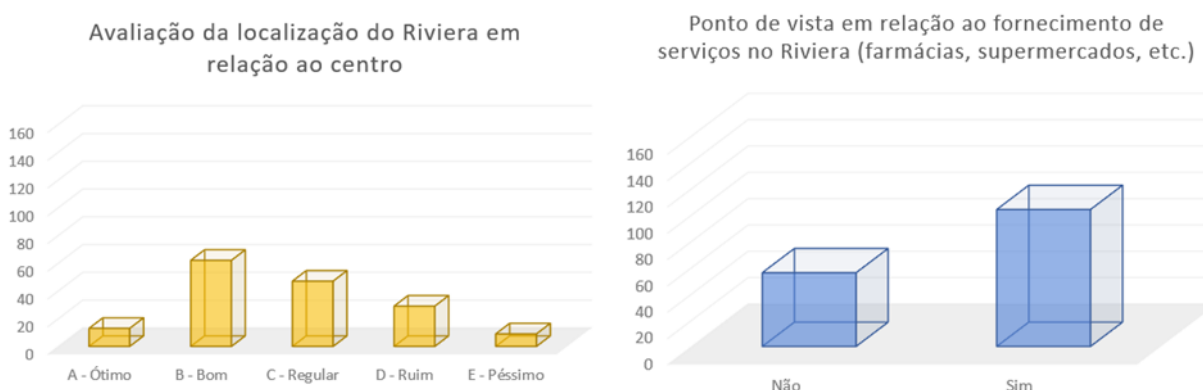
<sup>19</sup> A mesorregião oeste do Paraná é dividida em três microrregiões: a microrregião de Cascavel; microrregião de Foz do Iguaçu; e microrregião de Toledo. A microrregião de Cascavel é composta por 18 municípios.



O residencial foi construído pela construtora Village Construções e faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida. A entrega dos imóveis ocorreu no ano de 2017 e 2.089 cidadãos foram contemplados. A seleção se deu por meio de critérios socioeconômicos previstos no PMCMV e, também, através de sorteio. As casas – com 45m<sup>2</sup> – e apartamentos – de 44 a 45m<sup>2</sup> – foram destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil, e as parcelas variam entre R\$ 25,00 a R\$ 80,00, pelo tempo de 10 anos.

Ao observar os dados divulgados em pesquisa realizada por Bedin, Figueiredo e Dias (2021) – publicada no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional<sup>20</sup> –, pode-se verificar os aspectos regionais, socioeconômicos e de infraestrutura do conjunto habitacional Riviera. Os resultados apresentados foram obtidos através de aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional<sup>21</sup>. O questionário, direcionado aos moradores, é composto por sete questões, as quais são: 1) como você avalia a localização do Riviera em relação ao centro?; 2) no seu ponto de vista, o Riviera fornece aos moradores todos os serviços como farmácia e supermercados?; 3) com que frequência você precisa se deslocar ao centro para a realização de suas atividades cotidianas?; 4) em qual bairro você trabalha? Quanto tempo você demora para percorrer o percurso de casa ao trabalho? Qual é o meio de transporte?; 5) qual é o seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade?; 6) em qual bairro você morava antes de se mudar para o Riviera?; 7) para você a mudança foi: positiva ou negativa? Assim, a Figura 3, apresenta as respostas referentes as questões 1 e 2.

Figura 3 – Avaliação da localização do Riviera em relação ao centro e ponto de vista em relação ao fornecimento de serviços no Riviera



Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>20</sup> O artigo publicado tem como título, “Aproximações teóricas: reflexões sobre Urbanismo Social em área do Programa Minha Casa Minha Vida em Cascavel/PR”. Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>21</sup> O questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – utilizado foi elaborado no ano de 2018, na disciplina de Estágio de Urbanismo, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.



No que diz respeito a avaliação da localização do Conjunto Habitacional Riviera em relação ao centro (A), dos 160 entrevistados<sup>22</sup>, 13 (8,13%) responderam “ótimo”; 62 (38,75%) disseram que acham bom; 47 (29,38%) pessoas relataram que consideram ser regular; 29 (18,13%) entrevistados julgaram ser ruim; e 9 (5,63%) responderam que acham péssimo. Sobre o ponto de vista dos moradores em relação ao fornecimento de serviços no Riviera – supermercados, farmácias, bancos, etc. –, das 160 pessoas questionadas, 56 (35%) disseram que o Riviera não fornece aos moradores todos os serviços e 104 (65%) responderam que há o fornecimento de todos os serviços no conjunto habitacional. Na Figura 4, pode-se visualizar os dados obtidos no item 3 do questionário, em que, dos 160 entrevistados: 34 (21,25%) pessoas responderam que se deslocam até o centro da cidade diariamente; 14 (8,75%) disseram que vão até a região central de quatro a três vezes na semana; 18 (11,25%) afirmaram ir de duas a uma vez na semana; e 94 (58,75%) moradores informaram que se dirigem até o centro quinzenalmente ou mais.

Figura 4 – Frequência de deslocamento ao centro para realização de atividades cotidianas

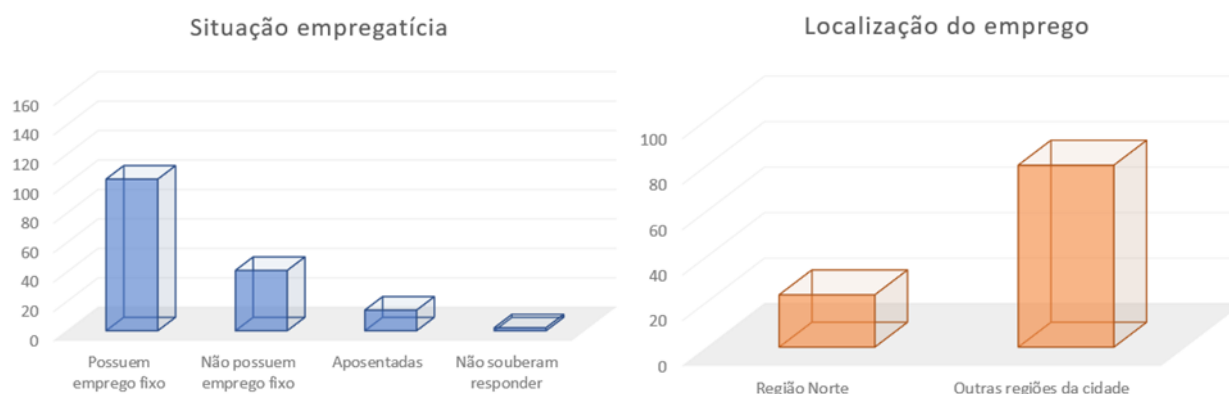


Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

A questão de número 4 foi segmentada em quatro resultados, que podem ser observados na Figura 5 e na Figura 6. Na Figura 5, no que tange a situação empregatícia, tem-se que: dos 160 moradores entrevistados, 103 (64,37%) responderam que possuem emprego fixo, 41 (25,62%) afirmaram que não possuem emprego fixo, 14 (8,75%) são aposentados e 2 (1,25%) moradores não souberam responder à questão. Acerca da localização do emprego, observa-se o seguinte resultado: dos 103 residentes do conjunto que possuem emprego fixo, 23 (22,33%) responderam que possuem emprego na região norte e 80 pessoas (77,67%) responderam que possuem emprego em outras regiões da cidade.

<sup>22</sup> Para encontrar o número de questionários a serem realizados no conjunto habitacional Riviera, efetuou-se o Cálculo de Amostragem para Populações Finitas de Gil. O cálculo de amostragem resultou em um número de 158,4977 questionários e foi arredondado para 160 para realização das entrevistas em campo (BEDIN; FIGUEIREDO; DIAS; 2021, p. 12-13).

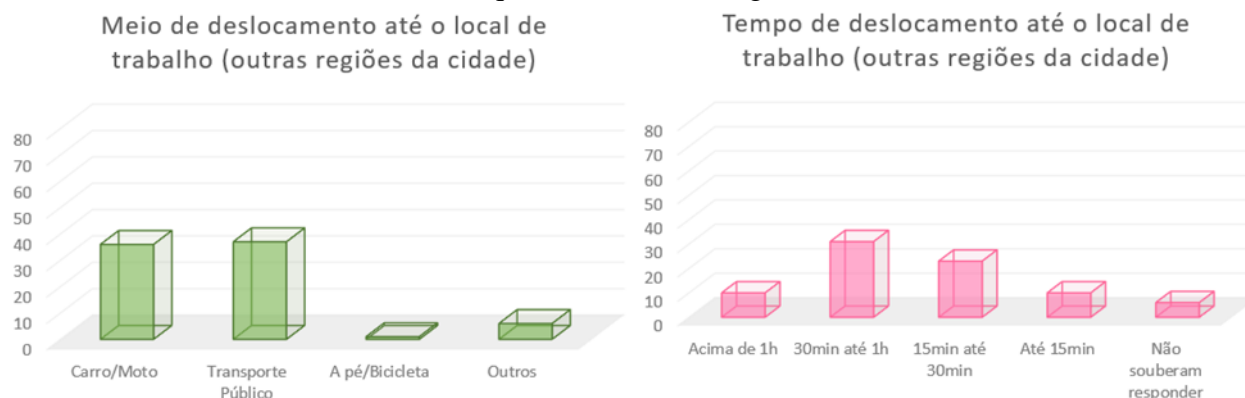
Figura 5 – Situação empregatícia e localização do emprego



Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Quanto ao meio de deslocamento até o local de trabalho em outras regiões da cidade<sup>23</sup>, visualiza-se na Figura 6 que, das 80 pessoas que possuem emprego em outras regiões da cidade: 36 (45%) fazem seu deslocamento de carro ou moto; 37 (46,25%) utilizam transporte público; 1 (1,25%) pessoa afirmou que vai ao trabalho a pé ou de bicicleta; e 6 (7,50%) moradores se deslocam de outras maneiras.

Figura 6 – Meio de deslocamento até o local de trabalho em outras regiões da cidade e tempo de deslocamento até o local de trabalho, quando em outras regiões da cidade



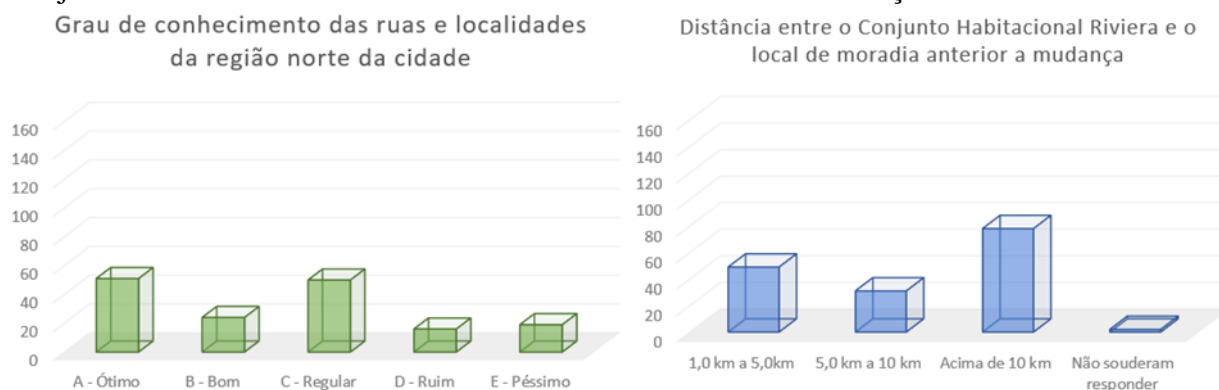
Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Ainda, quanto ao tempo de deslocamento até o local de trabalho, quando em outras regiões da cidade, dos 80 moradores que se encaixam nessa modalidade, 10 (12,5%) levam acima de 1 hora para chegarem ao trabalho; 31 (38,75%) relataram demoram de 30 minutos a 1 hora; 23 (28,75%) afirmaram que despendem de 15 a 30 minutos no deslocamento; 10 (12,5%) moradores disseram que gastam até 15 minutos para chegar ao local do emprego; e 6 (7,50%) pessoas não souberam mensurar o tempo de deslocamento até o local de trabalho.

<sup>23</sup> Moradores que possuem emprego fixo fora do perímetro da região norte da cidade de Cascavel/PR.

A Figura 7 apresenta os resultados relacionados as questões 5 e 6 do questionário de Análise Pós-Ocupacional. Assim, sobre o grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade, dos 160 moradores do conjunto habitacional Riviera, observa-se que: 51 (31,88%) consideram ótimo; 24 (15%) julgam ser bom; 50 (31,25%) moradores disseram ser regular; 16 (10%) acham ruim; e 19 (11,88%) pessoas consideram seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte péssimo. Acerca da distância entre o conjunto Riviera e o local de moradia anterior a mudança, dos 160 entrevistados, tem-se: 49 (30,63%) procederam de áreas entre 1 quilômetro (km) a 5 quilômetros (km) de distância do conjunto Riviera; 31 (19,38%) moradores vieram de localidades da cidade distantes entre 5 a 10 quilômetros (km) de distância; 78 (48,75%) pessoas moravam anteriormente a mais de 10 quilômetros de distância do conjunto habitacional Riviera; e 2 (1,25%) entrevistados não souberam responder o local exato em que moravam antes da mudança para o conjunto.

Figura 7 – Grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade e distância entre o Conjunto Habitacional Riviera e o local de moradia anterior a mudança



Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Os dados obtidos no item 7 do questionário podem ser visualizados na Figura 8. Isto posto, dos 160 moradores que colaboraram com a pesquisa de campo, 141 (88,13%) consideram positiva a mudança para o conjunto habitacional Riviera; 13 (8,13%) moradores afirmam ter sido negativa; e 6 (3,75%) não souberam responder.

Figura 10 – Ponto de vista em relação a mudança para o Riviera



Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Diante dos dados expostos, constatou-se que: 38,75% dos moradores entrevistados consideram a localização do Riviera em relação ao centro da cidade de Cascavel/PR boa; 65% afirmam que há o fornecimento de todos os serviços no conjunto habitacional; 58,75% dos moradores precisam se deslocar até a região central da cidade a cada 15 dias ou mais; 64,37% possuem emprego fixo e, ainda, dentro desse percentual, 77,67% dos trabalhadores possuem emprego fora do perímetro da região norte – local em que o Riviera está situado. Além disso, para os moradores que possuem emprego em outras localidades da cidade, a maioria (46,25%) utiliza transporte público para realizar o trajeto até o trabalho e 38,75% desses moradores despendem o tempo de 30 minutos a 1 hora para chegarem aos locais de seus empregos. No que diz respeito ao grau de conhecimento das ruas e espaços que compõem a região norte de Cascavel/PR, 31,88% dos residentes do conjunto consideram o nível ótimo. Quanto a distância entre o conjunto habitacional Riviera e o local de moradia anterior a mudança, 48,75% pessoas moravam anteriormente a mais de 10 quilômetros de distância do local que hoje residem. Por fim, a grande maioria dos moradores entrevistados (88,13%) acreditam ter sido positiva a mudança para o Riviera.

### 3. METODOLOGIA

O estudo publicado<sup>24</sup> no 8º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade<sup>25</sup> serviu como base teórica para a realização do presente trabalho, e para sua elaboração foi utilizado uma estrutura metodológica<sup>26</sup> alicerçada no desenvolvimento de levantamento bibliográfico, de modo dialético. E, para que fosse atingido o objetivo de dissertar sobre o Urbanismo Social e estabelecê-lo como

<sup>24</sup> O artigo publicado tem como título “Fundamentos arquitetônicos: a importância do Urbanismo Social como ferramenta para elaboração de políticas públicas”. Consultar Bedin e Dias (2021).

<sup>25</sup> Simpósio realizado pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.

<sup>26</sup> (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003).

ferramenta para o desenvolvimento de Políticas Públicas Urbanas, buscou-se a realização de pesquisa exploratória, que tem como propósito desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a definição de problemas mais precisos ou hipóteses a serem confrontadas em estudos posteriores.

Logo, a respeito dos dados apresentados no item 2 desta pesquisa, relacionados ao conjunto habitacional Riviera, utilizou-se os resultados apontados em estudo já publicado<sup>27</sup> no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional<sup>28</sup>. Para chegar aos resultados, foi preciso organizar a metodologia<sup>29</sup> do trabalho em duas etapas: fundamentação teórica e pesquisa de campo. A fundamentação teórica foi elaborada a partir de revisão bibliográfica e pesquisa exploratória, pautadas em encaminhamento metodológico dialético.

A pesquisa de campo<sup>30</sup> consistiu na aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional, elaborado no ano de 2018, na disciplina de Estágio de Urbanismo, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Composto por sete perguntas<sup>31</sup>, o questionário foi desenvolvido com o objetivo de coletar dados relacionados aos aspectos regionais, socioeconômicos e de infraestrutura urbana.

Para a aplicação do questionário, foi estipulado que as entrevistas deveriam ser feitas a somente a um morador por unidade habitacional. Com base nisso, efetuou-se o Cálculo de Amostragem para Populações Finitas de Gil (2008) para encontrar o número de questionários a serem realizados no conjunto habitacional Riviera. E, para garantir confiabilidade a pesquisa, foram adotados os critérios de margem de erro máximo de 7% e 93% de confiança, e o resultado foi uma amostra de 158,50 questionários a serem aplicados – arredondado para 160 para realização da pesquisa de campo –. A Figura 11 ilustra a fórmula utilizada para o cálculo, e a Figura 12 a resolução para identificação da amostragem.

---

<sup>27</sup> O artigo publicado tem como título, “Aproximações teóricas: reflexões sobre Urbanismo Social em área do Programa Minha Casa Minha Vida em Cascavel/PR”. Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>28</sup> Encontro científico realizado pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz.

<sup>29</sup> (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2003; SIMIONI et al, 2018).

<sup>30</sup> De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 186), a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

<sup>31</sup> As sete questões, direcionadas a residentes de moradias populares, foram apresentadas no item 2 deste artigo: Referencial Teórico e Revisão Bibliográfica.

Figura 11 – Fórmula do Cálculo de Amostragem para Populações Finitas de Gil (2008)

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:  
n = Tamanho da amostra  
 $\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão  
p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica  
q = Percentagem complementar  
N = Tamanho da população  
 $e^2$  = Erro máximo permitido

Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

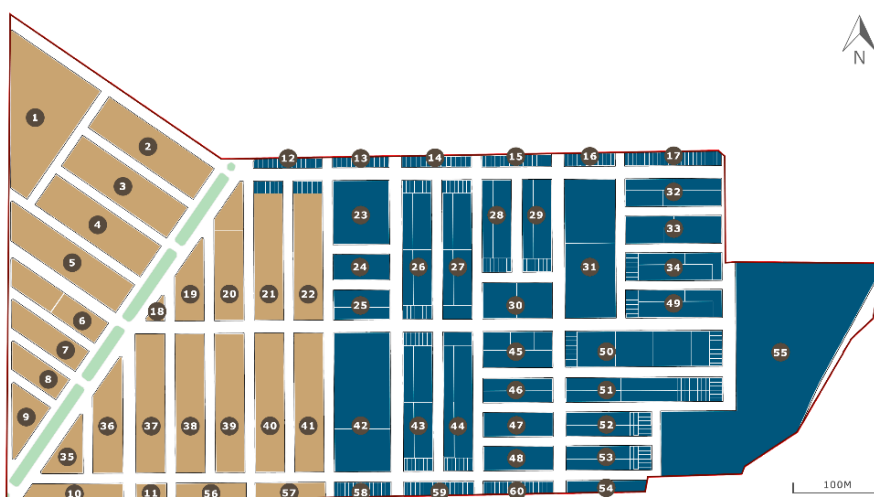
Figura 12 – Resolução para identificação da amostragem

$$n = \frac{2^2 70 \cdot 30 \cdot 2089}{7^2(2089 - 1) + 2^2 \cdot 70 \cdot 30} \div n = \frac{17.547.600}{110.712} \div n = 158,4977$$

Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Definido o tamanho da amostra, delimitou-se através de mapa, com o auxílio da plataforma Geoportal Cascavel (2021)<sup>32</sup> e Google Maps (2021), o perímetro do loteamento Riviera. Em seguida, todas as quadras foram numeradas e aquelas pertencentes ao conjunto habitacional Riviera foram destacadas na cor azul, conforme Figura 13.

Figura 13 – Perímetro do loteamento Riviera, com suas quadras numeradas e área do Conjunto Habitacional Riviera destacado

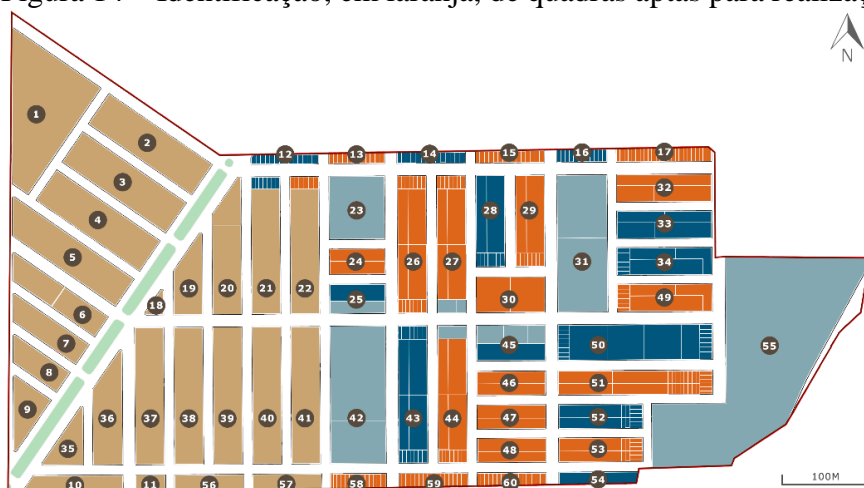


Fonte: Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>32</sup> IPC (2021)

Posteriormente, identificou-se as áreas de utilidade pública (UP) e equipamentos comunitários, assim como, as quadras e lotes não ocupados. Esse processo foi feito para que somente áreas edificadas – e pertencentes ao conjunto habitacional – fizessem parte do sorteio. Visualiza-se na Figura 14, em laranja, as quadras aptas para sorteio.

Figura 14 – Identificação, em laranja, de quadras aptas para realização de sorteio.



Fonte: IPC (2021). Adaptado pela autora.

Isto posto, foram selecionadas, de modo aleatório, respectivamente: as quadras; os lotes; casas e/ou apartamentos. A seleção aleatória foi feita com o auxílio do programa Microsoft Excel<sup>33</sup>, e após sorteadas, os 160 endereços das casas e/ou apartamentos foram discriminados em planilha. Anteriormente a ida a campo, efetuou-se treinamento com todos os pesquisadores voluntários, a fim de explanar sobre cada item do questionário de Análise Pós-Ocupacional, elaborado por Simioni (et al, 2018), esclarecer dúvidas sobre as entrevistas e, ainda, apresentar a área a ser percorrida e o cronograma proposto<sup>34</sup>. Após a preparação, o trabalho de campo foi dividido em dois finais de semana, nos seguintes dias: 4, 5, 10 e 11 de julho de 2021. Desta forma as 160 entrevistas foram feitas e os dados coletados<sup>35</sup> de cada pergunta da Análise Pós-Ocupacional foram tabulados no aplicativo Microsoft Excel e divulgados em pesquisa científica publicada no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional.

Logo, tendo em vista a análise de dados – objetivo geral deste estudo – e conclusão das pesquisas já iniciadas, e publicadas em eventos científicos, buscou-se atender aos objetivos específicos a partir de pesquisa bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi:

<sup>33</sup> MICROSOFT. **Microsoft Office Excel**. Versão 16.0. [s.l.]: Microsoft Corporation, 2019.

<sup>34</sup> Deve-se destacar que a pesquisa de campo foi realizada durante o contexto da pandemia COVID-19, por isso todos os cuidados sanitários foram tomados e reforçados, para preservar a saúde dos pesquisadores voluntários e dos moradores do conjunto habitacional Riviera.

<sup>35</sup> Apresentados no item 2 deste artigo.



A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (...). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI; 2003, p. 183).

Para a produção deste artigo, utilizou-se como principal fonte bibliográfica os estudos anteriormente produzidos e já publicados, que se relacionam, na presente publicação, como bibliografia complementar<sup>36</sup>, para dar continuidade a pesquisa e, por conseguinte, finalizá-la. Dito isso, as referências teóricas citadas neste artigo foram inseridas em “Bibliografias Citadas”. As obras não citadas, mas utilizadas nas publicações anteriores – e que são base teórica para elaboração deste trabalho – foram divididas em: Bibliografia Complementar I<sup>37</sup> e Bibliografia Complementar II<sup>38</sup>. Assim, a revisão bibliográfica citada foi explanada no item 2 deste artigo. Logo, para as análises dos dados referentes ao conjunto habitacional Riviera, foi empregado o método quali-quantitativo, que, conforme Goldenberg (2004, p. 62), possibilita que haja o cruzamento das conclusões certificando que os dados não sejam produtos de uma situação particular, quantificando os dados e qualificando os fatos observados no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Os dados quantitativos abrangem os percentuais obtidos através das respostas dos moradores do conjunto Riviera às questões da Análise-Pós-Ocupacional<sup>39</sup>. Não obstante, os aspectos qualitativos se referem aos conceitos teóricos e correlatos explicitados no item 2 deste trabalho.

#### **4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Em conformidade com a metodologia descrita no item 3, foi realizado, neste título, uma análise quali-quantitativa<sup>40</sup> acerca dos resultados derivados do questionário de Análise-Pós-Ocupacional – APO – aplicado no conjunto habitacional Riviera. Os dados obtidos a partir da aplicação da APO já foram apresentados no título 2 deste artigo – Referencial Teórico e Revisão Bibliográfica –, e publicados em evento científico<sup>41</sup>, mas serão resgatados para que se possa desenvolver análise crítica.

---

<sup>36</sup> Referências utilizadas para produção das pesquisas já publicadas, mas que não foram citadas ao longo deste trabalho. (IPEA, 2021).

<sup>37</sup> Bibliografia complementar referente a pesquisa já publicada de Bedin e Dias (2021)

<sup>38</sup> Bibliografia complementar referente a pesquisa já publicada de Bedin, Figueiredo e Dias (2021)

<sup>39</sup> Dados apresentados no item 2 deste artigo e publicados no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional. Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>40</sup> Método quali-quantitativo de Goldenberg (2004, p. 62).

<sup>41</sup> O artigo publicado no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Consultar Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

Na primeira questão, “como você avalia a localização do Riviera em relação ao centro?” 38,75% julgaram ser boa e apenas 5,63% responderam que acham péssimo. Na pergunta de número 2, tem-se: no seu ponto de vista, o Riviera fornece aos moradores todos os serviços como farmácia e supermercados? A partir das respostas, observou-se que 35% afirmaram que o conjunto habitacional Riviera não fornece aos moradores todos os serviços, mas 65% dos entrevistados, a maioria, responderam que há o fornecimento de todos os serviços na região do residencial. O item 3 do questionário APO diz: com que frequência você precisa se deslocar ao centro para a realização de suas atividades cotidianas? 58,75% dos moradores, mais da metade, informaram que se dirigem até o centro quinzenalmente ou mais.

A quarta pergunta faz as seguintes indagações: “em qual bairro você trabalha? Quanto tempo você demora para percorrer o percurso de casa ao trabalho? Qual é o meio de transporte?”. Diante disso, as respostas foram segmentadas em quatro tópicos: a) situação empregatícia; b) localização do emprego; c) meio de deslocamento até o local de trabalho; d) tempo de deslocamento até o local de trabalho. Assim, em relação a situação empregatícia, 64,37% responderam que possuem emprego fixo, o restante dos entrevistados afirmou estar desempregado, aposentado ou não souberam responder. No que diz respeito a localização do emprego, constatou-se que, dentre àqueles que possuem emprego fixo, 77,67% responderam que o local de trabalho se situa em outras regiões da cidade, diferente da região norte onde se encontra o conjunto Riviera. Quanto ao meio de deslocamento até o local de trabalho – quando localizado exterior a região do conjunto –, observou-se que 46,25% utilizam transporte público e uma pequena minoria (1,25%) faz seu trajeto a pé ou de bicicleta. Logo, no que concerne ao tempo de deslocamento até o local de trabalho – quando localizado exterior ao Riviera – verificou-se que a maioria das pessoas (38,75%) relataram que dependem de 30 minutos a 1 hora para chegar até o emprego.

Em relação a questão de número 5, do questionário APO, diz: qual é o seu grau de conhecimento das ruas e localidades da região norte da cidade? Como resposta 31,88% – a maior parte dos moradores – consideram o nível ótimo. Logo, o item 6 do questionário indaga: em qual bairro você morava antes de se mudar para o Riviera? Com base nas informações coletadas, constatou-se que 48,75% das pessoas, pouco menos da metade, moravam anteriormente a mais de 10 quilômetros de distância do conjunto habitacional Riviera. Para a sétima, e última, questão, tem-se: para você (morador) a mudança foi positiva ou negativa? A partir disso, 88,13% dos residentes consideram que a mudança para o conjunto habitacional Riviera foi positiva e somente 8,13% disser ter sido uma mudança negativa.

À vista dos dados quantitativos expostos, foi realizada análise crítica – e qualitativa<sup>42</sup> – ao confrontar os resultados alcançados nas diferentes questões da APO. Por exemplo, ao observar que a maioria dos moradores (38,75%) considera a localização do conjunto habitacional Riviera em relação ao centro boa, posto que o residencial esteja situado no limite do perímetro urbano – conforme demonstrado na Figura 15 –, percebeu-se que o fator distância em relação a região central não é o que impacta mais no cotidiano dos residentes. Além disso, notou-se que é possível correlacionar os resultados dos itens 2 e 3, pois se a maioria dos moradores (65%) considera que o conjunto habitacional Riviera fornece todos os serviços necessários, a demanda de se deslocar até a área central para resolver assuntos do cotidiano é baixa, ou seja, mais metade da população (58,75%) que reside no conjunto vai ao centro a cada 15 dias ou mais.

Figura 15 – Localização do loteamento Riviera em relação ao perímetro urbano da cidade de Cascavel/PR



Fonte: IPC (2021). Adaptado pela autora.

As informações coletadas na questão 4 abrangem duas temáticas principais: emprego e mobilidade. Ao verificar que 77,67% das pessoas que possuem emprego fixo trabalham em regiões diferentes das que moram, supõe-se de que a edificação de conjuntos habitacionais nos limites do perímetro urbano não é acompanhada de políticas de incentivo ao comércio local e diversificação de serviços dentro dos bairros das periferias. Não obstante, deve-se enfatizar que 46,25% das pessoas que trabalham em localidades diferentes das que residem utilizam transporte público e uma parcela pequena (1,25%) se desloca a pé ou de bicicleta, e o tempo a maior parte dos trabalhadores (38,75%) despendem é de 30 minutos a 1 hora para chegar até o emprego.

No que se refere ao grau de conhecimento dos moradores do Riviera das ruas e espaços da região norte de Cascavel/PR – questão 5 –, averiguou-se que 31,88% – grupo majoritário – dos

<sup>42</sup> Goldenberg (2004, p. 62)

entrevistados considera seu nível de conhecimento bom. Esse dado confronta o resultado da questão 6, que expõe que pouco menos da metade das pessoas (48,75%), tinham suas habitações anteriores localizadas a mais de 10 quilômetros de distância do conjunto habitacional Riviera. Logo, a questão de número 7 propiciou a compreensão da importância que a “casa própria” tem na perspectiva dos moradores sorteados, justo porque apesar dos entraves relacionados a falta de diversificação de serviços e mobilidade, observou-se que 88,13% dos residentes consideram que a mudança para o conjunto habitacional Riviera foi positiva. Percebeu-se, ao longo da pesquisa de campo, que os moradores possuem um sentimento muito forte de gratidão pela casa própria. Por isso, a grande maioria dos residentes afirma que a mudança para o conjunto habitacional Riviera foi positiva – embora possuam as dificuldades relatadas neste artigo –.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na Introdução foi apresentado o assunto, tema, problema e hipótese inicial da pesquisa. A justificativa para a elaboração deste trabalho se deu através da necessidade de avaliar, de modo crítico, resultados quantitativos derivados da aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – em empreendimento fruto do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV –. É importante que se faça uma análise crítica dos dados coletados para que se possa compreender os impactos sofridos pelos moradores de áreas do PMCMV, entender qual é o cenário desses locais no ano de 2021, os efeitos no cotidiano dos residentes, bem como, desenvolver planos futuros de melhorias e (re)qualificação dessas regiões. Diante do exposto, este estudo ainda poderá ser utilizado como ferramenta metodológica para se alcançar o objetivo 11 dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, que diz respeito a “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (IBGE, 2021). Apresentou-se o método científico dialético que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 101), para “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”. E, como fundamento norteador, adotou-se o seguinte marco teórico:

Em todo o país, novos bairros surgem em áreas distantes e sem urbanização, alinhando centenas de casas idênticas e minúsculas, ou enfileirando torres habitacionais com sofrível padrão construtivo, e grande impacto sobre o meio ambiente. Em face disto, a pergunta que nos vem naturalmente é: quais os resultados que essa produção provocará no cenário urbano brasileiro nos próximos anos? (FERREIRA, 2012, p. 7)

No que se refere ao problema de pesquisa, questionou-se: a edificação de conjuntos habitacionais, do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV –, nas áreas periféricas das cidades, impacta diretamente no cotidiano dos moradores? Pressupôs-se, como hipótese que: sim, a edificação de conjuntos habitacionais, do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV –, nas áreas periféricas das cidades impacta diretamente no cotidiano dos moradores.

Diante disso, definiu-se como objetivo geral: desenvolver análise crítica dos resultados quantitativos obtidos através de questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – realizado no conjunto habitacional Riviera, para que se possa, então, compreender o cenário atual (2021) de áreas do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – e os efeitos no cotidiano dos residentes. E para que tal objetivo geral fosse atingido, foi elencado os seguintes objetivos específicos: a) apresentar o Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de políticas públicas; b) explanar sobre a formação do território brasileiro e a segregação espacial enraizada; c) discorrer sobre a história da habitação de interesse social no Brasil e suas inserções no meio urbano; d) apresentar a cidade de Cascavel/PR e o Conjunto Habitacional Riviera; e) realizar análise crítica dos resultados quantitativos obtidos através de questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – realizado no conjunto habitacional Riviera.

Introduzidos os elementos que constituíram a pesquisa, seu desenvolvimento consistiu na estruturação do embasamento teórico, construção de ferramenta metodológica e elaboração de análise crítica. No título 2 deste trabalho, resgatou-se conceitos teóricos fundamentados em publicações anteriores<sup>43</sup>, a fim de realizar revisão bibliográfica e dar continuidade a pesquisa já iniciada. Assim, discorreu-se sobre o Urbanismo Social como ferramenta para a elaboração de políticas públicas; a formação do território brasileiro e a segregação espacial enraizada; a história da habitação de interesse social no Brasil e suas inserções no meio urbano; apresentou-se a cidade de Cascavel/PR e o conjunto habitacional Riviera. À vista disso, o item 2 atingiu aos objetivos específicos a), b), c) e d). Quanto ao objetivo específico e), o mesmo foi atingido no título 4 com o desenvolvimento de análise crítica pautada no método quali-quantitativo de Goldenberg (2004, p. 62). O sexto objetivo específico – item f) – foi atingido no título 5 deste trabalho.

Neste sentido, tendo sido verificados, analisados e considerados atingidos os objetivos específicos no decorrer da pesquisa e tendo como conceito o fato de que estes foram desenvolvidos para atender ao objetivo geral, considerou-se o objetivo geral alcançado, com o tema proposto

---

<sup>43</sup> A presente pesquisa dá continuidade ao estudo já iniciado e publicado no 8º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade e no 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional – ECCI –, ambos realizados pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. Consultar Bedin e Dias (2021) e Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

disponível para ser aplicado e aprofundado em outras áreas de sua atuação, com a utilização de seu referencial teórico.

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, ao analisar o embasamento teórico obtido, percebeu-se que, como visto no título 2, o Urbanismo Social, despontou como um novo instrumento metodológico para o exercício da função social nos centros urbanos. Esse novo conceito de urbanismo do século XXI, que coloca o cidadão como protagonista das decisões sobre a cidade, é uma alternativa para reestruturar os espaços urbanos brasileiros, pois as grandes mazelas vivenciadas nas cidades brasileiras do século XXI correspondem a um processo de urbanização segregador e um planejamento urbano que não considerou, como fator primordial, as reais necessidades da população. Com isso, observou-se que a organização do espaço urbano no Brasil tem raízes firmadas na propriedade privada, que perdura ao longo da formação do país como forma de poder e, como resultado desse processo histórico, vê-se as cidades do século XXI tomadas pela especulação imobiliária.

Visto isso, constatou-se que, desde a República Velha (1889-1930), a população menos abastada sofre as consequências da monetização do espaço urbano. As áreas centrais, servidas por infraestrutura básica e serviços, ficam, majoritariamente, nas mãos daqueles que detêm o capital. Dessa forma, as classes trabalhadora e de baixa renda que vivem nas cidades ficam sujeitas a dois caminhos: desembolsar uma grande fatia de seu salário para o pagamento de aluguéis precários ou afastar-se das áreas centrais em busca de um espaço para habitar. Os fatos citados correspondem ao contexto de moradia no Brasil do final do século XIX e começo do século XX. Contudo, notou-se que a conjuntura existente na República Velha não está tão distante do que se tem nas cidades brasileiras do século XXI. Houve o interesse por parte de inúmeros gestores em sanar e minimizar as questões de habitação e ocupação do espaço do país. No entanto, o que não ocorreu foi o desenvolvimento de políticas públicas respaldadas nos interesses da população. Muito se fez em prol de interesses particulares, sem que houvesse participação daqueles que iriam usufruir dessas políticas. Programas e políticas foram criados – Fundação da Casa Popular (FCP), Banco Nacional de Habitação (BNH), Pró-Moradia, Programa Minha Casa, Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela –, porém, até o ano de 2021, os males que permeiam a situação habitacional brasileira não foram resolvidos. Por isso, é de grande importância adotar premissas do Urbanismo Social para criação de políticas que objetivam minimizar as dores sentidas no contexto de moradia popular brasileiro. Correlatos apresentados neste artigo – Agenda de 2030, reestruturação de Medellín, Arquitetura na Periferia e TransLAB.URB – demonstram que é possível realizar melhorias em áreas fragilizadas através de uma iniciativa *bottom-up*<sup>44</sup>, com incentivo a participação popular.

---

<sup>44</sup> De baixo para cima (tradução nossa).

Em razão disso, a metodologia inédita construída para a elaboração desta pesquisa – incluindo os artigos já publicados<sup>45</sup> – foi estabelecida dentro das diretrizes que constituem o Urbanismo Social. O exercício da pesquisa de campo foi primordial para que houvesse o contato entre academia e cidadão – a Figura 16<sup>46</sup> representa o trabalho de campo realizado –. De nada adiantaria delimitar um problema de pesquisa, formular uma hipótese e desenvolver o trabalho respaldado apenas na literatura. Para mudar o paradigma relacionado a políticas públicas no âmbito de habitação de interesse social, deve-se colocar em prática as teorias estudadas. Peloso (2012) diz:

O trabalho de base, enquanto experiência de nova convivência entre pessoas, pode ser escola de participação política. O ato de falar e ouvir, de propor e negociar, de ganhar e perder, de disputar e decidir, de comandar e de obedecer, de responsabilizar-se e de cobrar estimula a ambição de ser gente e de ter o poder coletivamente. Uma escola onde se aprende a por (sic) o poder a serviço da maioria, visando a transformações do País” (PELOSO, 2012, p. 27).

Figura 16 – Aplicação de Análise Pós-Ocupacional no conjunto habitacional Riviera



Fonte: Acervo da autora (2021).

Portanto, a realização da pesquisa de campo foi essencial para compreender os anseios dos moradores do conjunto habitacional estudado – o Riviera –. Foi possível ser vivenciada, por todos os pesquisadores voluntários<sup>47</sup>, a pluralidade existente no conjunto. Saberes foram transmitidos: dos pesquisadores aos moradores; dos moradores aos pesquisadores. Essa partilha de conhecimento fez com que a presente pesquisa assumisse um papel ainda mais profundo: publicar uma análise crítica, mas também comunicar a realidade dos entrevistados. Logo, a base teórica desenvolvida previamente

<sup>45</sup> Consultar Bedin e Dias (2021) e Bedin, Figueiredo e Dias (2021).

<sup>46</sup> A publicação da figura foi autorizada pelos indivíduos que a compõem.

<sup>47</sup> Os pesquisadores voluntários foram: Amanda Crystine Pasqualli; Amanda Francisca do Nascimento Carres; Ariadne de Oliveira Trentini; Luan Rafael Bordignon; Taisa de Oliveira Santos; e Victória Pommer.



a ida a campo serviu como um “pilar”, uma estrutura de sustentação ao trabalho de campo e, para este artigo, assegurou o desenvolvimento da análise crítica.

Quanto aos resultados obtidos através da aplicação do questionário de Análise-Pós Ocupacional – APO –, concluiu-se que os impactos sofridos pelos moradores da área do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – não está diretamente ligado a distância do centro, mas a falta de diversificação de serviços nessas áreas. Enquanto grande parte dos moradores considera a localização do conjunto Riviera, em relação a área central da cidade, boa, 77,67% dos indivíduos que possuem emprego trabalham em outras áreas da cidade. Essa realidade faz com que os moradores sejam dependentes de meios de transporte para realizar o trajeto. Ao mesmo tempo que 46,25% fazem uso de transporte público – ônibus –, 45% se deslocam de carro ou moto e apenas 1,25% fazem seu trajeto a pé ou de bicicleta. A partir desses dados, elencou-se fatores determinantes para esse resultado: a distância dos locais dos empregos; a inexistência de infraestrutura que possibilita o deslocamento a pé ou de bicicleta com segurança pois, observou-se que quando o morador não possui veículo próprio, o que caracteriza a maior parte dos entrevistados, faz uso do transporte público. Mas, quando possui carro ou moto, há preferência pelo uso do transporte particular em detrimento do público. Paralelo a isso, deve-se atentar para o tempo que os moradores relataram despende no percurso ao local de trabalho: 38,75% levam entre 30 minutos a 1 hora para chegar ao endereço do emprego. Ao duplicar esse tempo – para contabilizar ida e volta –, tem-se que, em geral, os cidadãos perdem de 1 a 2 horas no caminho de ida e volta para o trabalho. Ainda, ao acrescentar as 8 horas de trabalho do dia, mais o tempo do percurso, deduziu-se que, das 24 horas de um dia, o trabalhador residente do conjunto habitacional Riviera gasta de 9 a 10 horas com compromissos de trabalho, o que muitas vezes faz com que esse cidadão não tenha tempo para momentos de lazer, cultura ou de estudo, aspectos correlacionados com a qualidade de vida.

Isto posto, embora possuam entraves, 88,13% dos residentes consideram que a mudança para o conjunto habitacional Riviera foi positiva. A realização sentida através da posse de um local para morar transpassa os sentimentos de desgosto com as questões abordadas por este artigo. Muitos moradores, ao serem indagados sobre a mudança para o Riviera, assumiram uma postura de gratidão, como se não fosse correto desaproveitar a habitação que lhe foi “dada”; como rejeitar o tão sonhado lar?

Portanto, de acordo com a metodologia de pesquisa, pressupôs-se que a discussão dos resultados requer uma interpretação do pesquisador. Desta forma, ao responder ao problema de pesquisa levantado, constatou-se, com base nos referenciais teóricos abordados e a análise crítica quali-quantitativa realizada em cima dos dados obtidos, que a hipótese formulada é verdadeira, pois a edificação de conjuntos habitacionais, do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV –, nas áreas periféricas das cidades impacta diretamente no cotidiano dos moradores. Contudo, ao

desenvolver a hipótese, pensava-se que o fator principal do impacto seria a distância da área central. Entretanto, verificou-se, a partir da aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional, que, ao se planejar um conjunto de interesse habitacional, deve-se levar em consideração não só a necessidade de uma moradia, mas todos os serviços básicos. Habitação de interesse social não representa apenas a construção de moradia. Habitação de interesse social é garantir moradias a quem precisa e aproximar a cidade dessas residências. Ainda, é preciso compreender que é a partir do cidadão que os paradigmas da cidade serão quebrados e, também, deve-se realçar as potencialidades das áreas periféricas urbanas, pois a reinvenção das cidades será a partir da reestruturação das periferias.

A partir do estudo teórico do Urbanismo Social, sua vinculação com empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV – e análise crítica dos dados obtidos na aplicação de questionário de Análise Pós-Ocupacional – APO – no conjunto habitacional Riviera, sugere-se o desenvolvimento de trabalhos futuros, quais sejam: a) criar metodologia, pautada nas premissas do Urbanismo Social, para aplicação do questionário de APO em outras áreas do PMCMV do Brasil; b) adotar o Urbanismo Social como técnica de (re)valorização urbana em áreas de centros históricos; c) elaborar cartilha alicerçada a este estudo, para tornar acessível os resultados aqui explanados.

## REFERÊNCIAS CITADAS

**ARQUITETURA NA PERIFERIA.** Disponível em: <<https://arquiteturanaperiferia.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

BEDIN, Millena Fernanda. DIAS, Solange Irene Smolarek. Fundamentos arquitetônicos: a importância do urbanismo social como ferramenta para elaboração de políticas públicas. In: Simpósio de Sustentabilidade, 8., 2021, Cascavel. **Anais 2021.** Cascavel: Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, 2021. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/novo/arquivos/anais/2021/Arquitetura%20-%20Millena%20Fernanda%20Bedin.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BEDIN, Millena Fernanda. FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana de. DIAS, Solange Irene Smolarek. Aproximações teóricas: reflexões sobre Urbanismo Social em área do Programa Minha Casa Minha Vida em Cascavel/PR. In: Encontro Científico Cultural Interinstitucional, 19. 2021, Cascavel. **Anais 2021.** Cascavel: Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, 2021. Disponível em: <[https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci\\_2021/24-09-2021--12-40-07.pdf?asdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/24-09-2021--12-40-07.pdf?asdf)>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, v. 127, p. 711-732, 1994.

CASCADEL. **Diagnóstico Plano Municipal de Habitação** – Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo. 2010.

CASCADEL. **Mapa de Zoneamento**. 2016. Disponível em: <<https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/mapas-em-pdf/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&ajaxPrevent=1630295845796&file=76xmu0yd2cfuvui7jt6ds1rjiqtyoutm25wjrska&sistema=WPO&classe=UploadMidia>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CASCADEL. **História**. 2021. Disponível em: <<https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/historia>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CATV. **Riviera**: famílias realizam sonho da casa própria. Cascavel, 2017. Disponível em: <<https://catve.com/noticia/6/194643/riviera-familias-realizam-sonho-da-casa-propria>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

DIAS, Caio Smolarek; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smolarek. **Cascavel: um espaço no tempo. A história do planejamento urbano**. Cascavel: Sintagma Editores, 2005.

FERREIRA, João Sette Whitaker (Org.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **Urbanismo na América do Sul**: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN 978-85-232-0926-1.

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil. **Guia IAB para a Agenda 2030**: para as 17 metas da ONU de desenvolvimento sustentável. 2021. Disponível em: <[https://www.iabsp.org.br/guia\\_iab\\_agenda\\_2030.pdf](https://www.iabsp.org.br/guia_iab_agenda_2030.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** • IBGE Explica. 2016. (3m51s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fev2MHAA-qo&t=9s>>. Acesso em: 8 mar. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivo 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=11>>. Acesso em: 8 de mar. de 2021.

IPC – Instituto de Planejamento de Cascavel. **Geoportal Cascavel**. 2021. Disponível em: <<https://geocascavel.cascavel.pr.gov.br/geo-view/index.ctm>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná** – 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_regiao\\_geografica\\_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Manual do Editorial: Referências**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/sites/manualeditorial/padroes-editoriais/padronizacoes-textuais/referencias>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JÁUREGUI, Jorge Mario. **Urbanismo Social**. Desafios do Desenvolvimento. Brasília, ano 7, ed. 63, 19 nov. 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEZUMA, Roberto. **Arquitetura Brasil 50 anos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

MONTOYA, Nataly Restrepo. Urbanismo social en Medellín: una aproximación a partir de la utilización estratégica de los derechos. **Estudios Políticos**. Medellín, n. 45, p. 205-222, jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/164/16431516011.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2021.

PEDERSEN, Martin. **Relendo Jane Jacobs**: 10 lições para o século XXI de "Morte e Vida de Grandes Cidades". 25 Ago 2017. Tradução por Lis Moreira Cavalcante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/878350/relendo-jane-jacobs-10-lico-es-para-o-seculo-xxi-de-morte-e-vida-de-grandes-cidades>>. Acesso em: 12 abril 2021.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base**: seleção de roteiros organizados pelos Cepis. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Cidadania e a habitação social**. Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI), n. 29, p. 145-153, jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. CYMBALISTA, Renato. NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. **Revista de Direito da ADVOCEF**. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.13, p. 123-157. 2011.

ROSSATO, Graziela Rubin. BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**. Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201–213, mai./ago. 2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

SIMIONI, Tainã Lopes et al. Obra não publicada. **Disciplina: Estágio de Urbanismo**. CAU FAG: Cascavel, 2018.

TRANSLABURB. **Filosofia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Filosofia>>. Acesso em: 8 maio 2021.

VILLAGE CONSTRUÇÕES. **Residencial Jardim Riviera**. 2021. Disponível em: <<https://villageconstrucoes.com.br/obras-realizadas/residencial-jardim-riviera>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Global Editora: São Paulo, 1986.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR I<sup>48</sup>

ARQUITETURA NA PERIFERIA. **Prestação de contas IAMI 2020**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1npfHuFpHwfYMuLCWzHWdwp5dF5mgBTj/view>>. Acesso em: 10 maio 2021.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros** – Gestão 2017-2020. Brasília, DF: CNM, 2017.

GARCIA, Cecília. **Projeto "Arquitetura na Periferia" ensina mulheres a construir suas casas**. 28 abril 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/910653/projeto-arquitetura-na-periferia-ensina-mulheres-a-construir-suas-casas>>. Acesso em: 8 maio 2021.

GHENO, Patricia Zwetsch. **Repensar o planejamento urbano no século XXI**. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

ONU BRASIL. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017a. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 abril 2021.

---

<sup>48</sup> Bibliografia complementar referente a pesquisa já publicada de Bedin e Dias (2021)

ONU BRASIL. **A Integração dos ODS**. 2017b. Disponível em:  
<[http://www.agenda2030.org.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.org.br/os_ods/)>. Acesso em: 12 abril 2021.

TRANSLABURB. **Laboratório Hackerativista Urbano**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2017. Disponível em:  
<<https://translaburb.cc/Lab-Hackerativista-Urbano>>. Acesso em: 10 maio 2021.

TRANSLABURB. **Micro Escola Urbana**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em:  
<<https://translaburb.cc/MicroEscola-Urbana>>. Acesso em: 10 maio 2021

TRANSLABURB. **Urbanismo Tático – Boteco do Paulista**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em:  
<<https://translaburb.cc/Urbanismo-Tatico-Boteco-do-Paulista>>. Acesso em: 10 maio 2021.

TRANSLABURB. **Metodologias**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021a. Disponível em:  
<<https://translaburb.cc/Projetos>>. Acesso em: 8 maio 2021.

TRANSLABURB. **Projetos**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2021b. Disponível em:  
<<https://translaburb.cc/Projetos>>. Acesso em: 8 maio 2021.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR II<sup>49</sup>**

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020**. Brasília, DF: CNM, 2017.

GARCIA, Cecília. **Projeto "Arquitetura na Periferia" ensina mulheres a construir suas casas**. 28 abril 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/910653/projeto-arquitetura-na-periferia-ensina-mulheres-a-construir-suas-casas>>. Acesso em: 8 maio 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil do Município de Cascavel**. 2021. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=164&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=164&btOk=ok)>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ONU BRASIL. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017a. Disponível em:  
<<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 abril 2021.

ONU BRASIL. **A Integração dos ODS**. 2017b. Disponível em:  
<[http://www.agenda2030.org.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.org.br/os_ods/)>. Acesso em: 12 abril 2021.

---

<sup>49</sup> Bibliografia complementar referente a pesquisa já publicada de Bedin, Figueiredo e Dias (2021)